

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

ANEXO V – APÊNDICE 1

Funcionamento de Contas Vinculadas

1. PREÂMBULO E OBJETIVO

1.1. O presente APÊNDICE 1 ao ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO estabelece o fluxo de recursos para custeio do AUXÍLIO, conforme necessário nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

1.2. Para fins deste APÊNDICE, a AGÊNCIA REGULADORA deverá, no momento do processo tarifário, seja ele REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, projetar o cálculo do AUXÍLIO, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

1.3. Realizada a estimativa mencionada no item 1.2 acima, a AGÊNCIA REGULADORA deverá informar ao ESTADO o valor de AUXÍLIO para que este possa transferir o montante necessário para o sistema de contas descrito neste APÊNDICE.

1.4. A AGÊNCIA REGULADORA também solicitará que seja transferido para conta vinculada específica montante complementar caso, durante o ano de execução contratual, verifique-se que o montante inicialmente projetado pela AGÊNCIA REGULADORA seja insuficiente, nos termos do item 3.5.

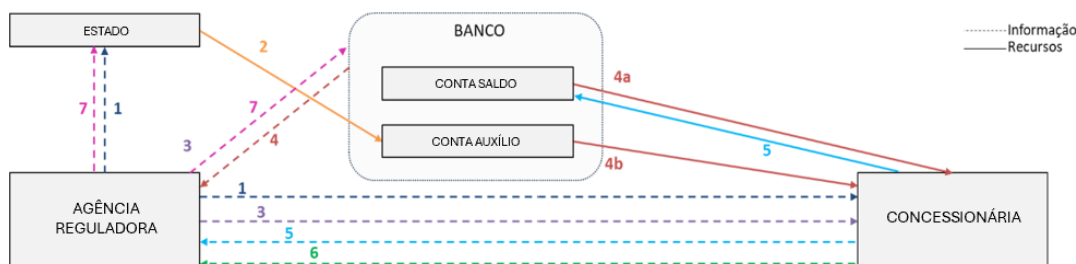
1.4.1. A AGÊNCIA REGULADORA homologará histograma trimestral de consumo, no qual será apurada (i) a diferença entre o montante faturado perante os USUÁRIOS com a TARIFA DO USUÁRIO e o montante que teria sido faturado considerando a TARIFA DE EQUILÍBRIO; e (ii) a parcela da RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA e não repassada aos FUNDOS MUNICIPAIS em razão de não terem sido ainda habilitados individualmente pela AGÊNCIA REGULADORA, definindo o montante trimestral de recursos a ser transferido para as CONTAS DA CONCESSÃO de que trata este APÊNDICE, caso devido.

1.5. Os termos grafados em letras maiúsculas seguem as definições contidas no ANEXO X - GLOSSÁRIO.

2. FLUXOGRAMA DO FUNCIONAMENTO DAS CONTAS VINCULADAS

2.1. O fluxograma abaixo apresenta os passos, respectivamente numerados, referentes ao fluxo de recursos para custeio do AUXÍLIO, detalhados nos itens deste APÊNDICE.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**



PASSO 1: AGÊNCIA REGULADORA estima anualmente a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO necessária e informa ao ESTADO e à CONCESSIONÁRIA a estimativa do valor necessário para assegurar os recursos destinados à modicidade tarifária para o ano completo subsequente, baseado no faturamento projetado e no saldo das CONTAS DA CONCESSÃO.

PASSO 2: ESTADO transfere os recursos necessários para o respectivo ano para a CONTA AUXÍLIO, com base na estimativa da AGÊNCIA REGULADORA.

PASSO 3: AGÊNCIA REGULADORA trimestralmente informa ao BANCO DEPOSITÁRIO e à CONCESSIONÁRIA o valor que deve ser transferido em razão das diferenças entre a TARIFA DO USUÁRIO e a TARIFA DE EQUILÍBRIO, com referência ao trimestre. Caso a TARIFA DO USUÁRIO seja menor do que a TARIFA DE EQUILÍBRIO, efetiva-se o **PASSO 4**, e caso a TARIFA DO USUÁRIO (incluindo montante devido aos FUNDOS MUNICIPAIS não individualmente habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA) seja maior do que a TARIFA DE EQUILÍBRIO, efetiva-se o **PASSO 5**.

PASSO 4: BANCO DEPOSITÁRIO realiza pagamentos trimestrais à CONCESSIONÁRIA (D+3) a partir das etapas prevista no APÊNDICE para o **PASSO 3**, na seguinte ordem:

- i. Pagamento realizado com recursos da CONTA SALDO;
- ii. Em caso de insuficiência da CONTA SALDO, executa-se o saldo necessário remanescente com valores da CONTA AUXÍLIO.

PASSO 5: CONCESSIONÁRIA transfere trimestralmente para a CONTA SALDO o valor informado pela AGÊNCIA REGULADORA no **PASSO 3**, informando à AGÊNCIA REGULADORA da execução, comprovada pelo BANCO DEPOSITÁRIO.

PASSO 6: CONCESSIONÁRIA informa trimestralmente a AGÊNCIA REGULADORA a receita efetiva mensal, com base nos histogramas.

PASSO 7: AGÊNCIA REGULADORA verifica trimestralmente o saldo total das CONTAS DA CONCESSÃO e informa ao ESTADO o valor residual das CONTAS DA CONCESSÃO, bem como qualquer eventual necessidade de complementação de valor durante o ano.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3. DA PROJEÇÃO ANUAL E DA COMPOSIÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

3.1. A AGÊNCIA REGULADORA deverá adotar como parâmetro de consumo o dado do último exercício de execução do CONTRATO, acrescido da projeção de crescimento do MERCADO DE REFERÊNCIA no período, incluindo tipo de serviço e categoria de uso, para estabelecer, anualmente, o montante de recursos a serem provisionados do orçamento do ESTADO para transferência à CONTA AUXÍLIO, cujo saldo ficará vinculado ao CONTRATO. A projeção será realizada pela AGÊNCIA REGULADORA:

- i. Para cada ano contratual, considerando a data-base do REAJUSTE prevista no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, sendo a primeira realizada para o ano de 2027;
- ii. Durante toda a vigência do CONTRATO, observados os saldos das CONTAS DA CONCESSÃO; e
- iii. Assegurando que seja concluída com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para o primeiro repasse trimestral de recursos subsequente do ESTADO à CONCESSIONÁRIA, caso seja devido.

3.2. Anualmente, o ESTADO executará o valor orçamentário informado pela AGÊNCIA REGULADORA nos termos do item 3.1 acima, realizando a transferência do montante correspondente para a CONTA AUXÍLIO em até 10 (dez) dias corridos, contados da comunicação da projeção anual realizada pela AGÊNCIA REGULADORA de que trata o item 3.1 acima.

3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apurar eventuais diferenças ocorridas durante a execução contratual entre o faturamento no mercado efetivo pela TARIFA DO USUÁRIO e o que teria sido faturado considerando a TARIFA DE EQUILÍBRIO, destacando ainda a parcela da RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA e não repassada aos FUNDOS MUNICIPAIS por ainda não estarem habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA, as quais deverão ser submetidas à AGÊNCIA REGULADORA em até 10 (dez) dias corridos contados do fim do trimestre, para que esta proceda à avaliação e à homologação, em até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do HISTOGRAMA DE FATURAMENTO.

3.3.1. O HISTOGRAMA DE FATURAMENTO da execução contratual terá apurações trimestrais, para que a AGÊNCIA REGULADORA encaminhe ao BANCO DEPOSITÁRIO a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO indicando o valor de repasse mencionado no item 3.4 deste APÊNDICE.

3.3.2. Ao analisar e homologar o HISTOGRAMA DE FATURAMENTO, a AGÊNCIA REGULADORA deve verificar:

- i. Se o montante arrecadado pela CONCESSIONÁRIA por meio da TARIFA DO USUÁRIO, incluindo a parcela da RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA e não repassada aos FUNDOS MUNICIPAIS por ainda

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

não estejam habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA, enseja que a CONCESSIONÁRIA transfira recursos, ou receba recursos, nos termos do item 3.4 abaixo; e

- ii. Eventual divergência em relação ao que consta no HISTOGRAMA DE FATURAMENTO, a ser sanada por meio dos AJUSTES COMPENSATÓRIOS previstos no item 4, devendo proceder à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO refletindo os termos incontroversos, nos prazos previstos neste APÊNDICE.

3.3.3. Os HISTOGRAMAS DE FATURAMENTO apurados trimestralmente serão revisados e atestados pela AGÊNCIA REGULADORA ao final de cada ano.

3.3.4. A revisão e a atestação pela AGÊNCIA REGULADORA prevista no item 3.3.3 deste APÊNDICE deverá considerar eventuais AJUSTES COMPENSATÓRIOS visando a tornar o montante anual de RECEITA TARIFÁRIA obtida pela TARIFA DO USUÁRIO equivalente ao que teria sido obtido pela TARIFA DE EQUILÍBRIO.

3.3.5. Os AJUSTES COMPENSATÓRIOS, sem prejuízo daqueles previstos no ANEXO V – MODELO TARIFÁRIO, poderão envolver, por exemplo, REFORMAS E CANCELAMENTOS não avaliados pela AGÊNCIA REGULADORA, cujo resultado deverá ser considerado no próximo PERÍODO DE APLICAÇÃO.

3.4. Uma vez ocorrida a homologação mencionada no item 3.3 deste APÊNDICE, a AGÊNCIA REGULADORA deverá informar ao BANCO DEPOSITÁRIO e à CONCESSIONÁRIA, em até 5 (cinco) dias:

- i. Os valores que devem ser repassados para a CONCESSIONÁRIA, caso seja devido, provenientes da CONTA AUXÍLIO ou da CONTA SALDO, conforme a ordem de prioridade estabelecida nos termos deste Apêndice; ou
- ii. Os valores que devem ser repassados pela CONCESSIONÁRIA, caso seja devido, à CONTA SALDO.

3.5. A AGÊNCIA REGULADORA deverá também solicitar ao BANCO DEPOSITÁRIO extratos trimestrais da disponibilidade de recursos na CONTA AUXÍLIO e na CONTA SALDO (conjuntamente, CONTAS DA CONCESSÃO) para verificar a contabilidade do saldo existente no período remanescente até a próxima projeção de que trata o item 3.1 acima.

3.6. Com base nos extratos mencionados no item 3.5 acima, a AGÊNCIA REGULADORA, caso o saldo remanescente das CONTAS DA CONCESSÃO seja insuficiente para assegurar os recursos destinados à modicidade tarifária, deverá solicitar ao ESTADO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, que transfira montante adicional para a CONTA AUXÍLIO, a fim de assegurar os repasses à CONCESSIONÁRIA.

3.7. As CONTAS DA CONCESSÃO são de movimentação restrita, nos termos deste APÊNDICE, podendo ser movimentadas apenas para viabilizar as destinações e recebimentos previstos neste

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

APÊNDICE, e serão mantidas às expensas da CONCESSIONÁRIA obrigatoriamente junto à instituição financeira de sua livre escolha ("BANCO DEPOSITÁRIO").

3.8. A CONTA SALDO deverá ser aberta em nome da CONCESSIONÁRIA e a CONTA AUXÍLIO em nome do ESTADO.

3.9. De comum acordo, as PARTES poderão pactuar a criação de outras contas para a operacionalização do disposto neste APÊNDICE, às quais se aplica o item 3.10 abaixo, salvo disposição expressa em contrário acordada entre as PARTES.

3.10. Para todos os efeitos legais, as PARTES e a AGÊNCIA REGULADORA reconhecem que os recursos depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO somente podem ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste APÊNDICE.

3.11. Sempre que solicitado, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar informações sobre as CONTAS DA CONCESSÃO, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.

4. DA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

4.1. A AGÊNCIA REGULADORA se obriga a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO depositário relativas às CONTAS DA CONCESSÃO, ressalvada a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

4.2. Caso o HISTOGRAMA DE FATURAMENTO homologado pela AGÊNCIA REGULADORA demonstre a necessidade de recursos do ESTADO para assegurar os recursos destinados à modicidade tarifária, a AGÊNCIA REGULADORA emitirá a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO para que o BANCO DEPOSITÁRIO efetue a transferência à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA no prazo de até 3 (três) dias corridos contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, respeitando a seguinte ordem:

- i. Prioritariamente, a utilização dos recursos disponíveis na CONTA SALDO; e
- ii. Em caso de insuficiência de fundos na CONTA SALDO, utilizar-se-ão os valores disponíveis na CONTA AUXÍLIO.

4.3. A CONCESSIONÁRIA realizará trimestralmente a transferência para a CONTA SALDO, caso seja devido, do valor especificado conforme o item 3.4 deste APÊNDICE, em até 10 (dez) dias corridos contados da homologação nos termos do item 3.3 deste APÊNDICE, notificando, no mesmo prazo, a AGÊNCIA REGULADORA sobre a efetivação da transferência, com posterior comprovação pelo BANCO DEPOSITÁRIO à AGÊNCIA REGULADORA em até 5 (cinco) dias corridos.

5. DOS INVESTIMENTOS PERMITIDOS

5.1. O titular das CONTAS DA CONCESSÃO poderá solicitar a aplicação dos valores depositados

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

nas CONTAS DA CONCESSÃO em investimentos permitidos, desde que tais valores não tenham sido objeto de transferência ou não estejam programados para transferência nos termos deste APÊNDICE.

5.2. Os valores devidos e os valores depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO deverão ser capitalizados pela taxa SELIC a fim de assegurar a atualidade dos valores no momento de desembolso.

5.3. As aplicações em Investimentos Permitidos deverão estar de acordo com a legislação vigente e apresentar a liquidez necessária, para permitir a utilização de tais montantes pelo BANCO DEPOSITÁRIO, sendo que:

- i. Todas as aplicações em Investimentos Permitidos serão feitas com recursos das CONTAS DA CONCESSÃO e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito nas respectivas contas;
- ii. Os rendimentos oriundos dos Investimentos Permitidos, deduzidos os tributos e as despesas devidas, serão creditados e mantidos nas correspondentes CONTAS DA CONCESSÃO e, desde que o BANCO DEPOSITÁRIO não tenha recebido NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, transferidos para a CONCESSIONÁRIA;
- iii. O BANCO DEPOSITÁRIO não agirá na qualidade de consultor financeiro das demais PARTES; e
- iv. Os recursos depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO somente poderão ser investidos em Investimentos Permitidos caso tais investimentos estejam estritamente de acordo com os termos dispostos neste APÊNDICE.

5.4. Serão autorizados os Investimentos Permitidos nas seguintes modalidades:

- i. Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional pós-fixados, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste APÊNDICE e no CONTRATO; e
- ii. Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades de referidas contas, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item 5.4."i" acima, e apenas admitida a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.

6. DAS DIRETRIZES DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

6.1. A CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA, o ESTADO e o BANCO DEPOSITÁRIO deverão celebrar um Contrato de Administração das Contas Vinculadas, observando as seguintes diretrizes:

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 6.1.1. **Objetivo do Contrato de Administração de Contas Vinculadas:** regular as movimentações das CONTAS DA CONCESSÃO decorrentes do CONTRATO.
- 6.1.2. **Definições:** estabelecer os termos definidos cujo conceito é adotado para a aplicação das regras estabelecidas no Contrato de Administração de Contas Vinculadas.
- 6.1.3. **Tributos:** estabelecer a sistemática e as responsabilidades pelo recolhimento dos tributos incidentes.
- 6.1.4. **Partes Envolvidas:** prever como partes o ESTADO, a CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA e o BANCO DEPOSITÁRIO designado como o agente financeiro responsável pela movimentação e administração das contas.
- 6.1.5. **Premissas:** na data de celebração do Contrato de Administração de Contas Vinculadas, a CONCESSIONÁRIA deverá ter contratado o BANCO DEPOSITÁRIO, que já deverá ter aberto as CONTAS DA CONCESSÃO.
- 6.1.6. **Administração das Contas Vinculadas:** detalhar a criação, operacionalização, e movimentação das CONTAS DA CONCESSÃO, incluindo a renúncia ao direito de sigilo bancário pela CONCESSIONÁRIA ou de qualquer outro titular que venha ser designado em relação a essa conta.
- 6.1.7. **Depósitos na CONTA SALDO:** exigir que todos os recursos previstos no item ii deste Apêndice sejam depositados diretamente na CONTA SALDO.
- 6.1.8. **Movimentações das Contas Vinculadas:** estabelecer as condições e procedimentos para a movimentação de fundos dentro das CONTAS DA CONCESSÃO, incluindo transferências, aplicação e resgate dos Investimentos Permitidos.
- 6.1.9. **Investimentos Permitidos:** prever sobre as condições e os tipos de investimentos que poderão ser feitos com os recursos das CONTAS DA CONCESSÃO, bem como as regras para solicitações, autorizações e resgate de Investimentos Permitidos.
- 6.1.10. **Depósito dos Documentos Representativos:** estabelecer que a CONCESSIONÁRIA será designada como fiel depositária dos documentos relacionados às CONTAS DA CONCESSÃO.
- 6.1.11. **Obrigações do BANCO DEPOSITÁRIO:** enumerar as responsabilidades específicas do BANCO DEPOSITÁRIO em relação à administração do Contrato de Administração de Contas Vinculadas, especialmente a sua obrigação de atuar como custodiante dos recursos financeiros nas CONTAS DA CONCESSÃO e as condições sob as quais pode renunciar a essas funções, incluindo manter sua atuação até que seja contratado eventual banco substituto.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 6.1.12. **Declarações e Garantias:** incluir as declarações e garantias fornecidas pelo ESTADO, pela CONCESSIONÁRIA e pelo BANCO DEPOSITÁRIO em relação à sua capacidade de cumprir as obrigações do Contrato de Administração de Contas Vinculadas, bem como de reconhecer que os saldos das CONTAS DA CONCESSÃO não constituem patrimônio da CONCESSIONÁRIA ou do ESTADO.
- 6.1.13. **Vigência:** estabelecer a duração do Contrato de Administração de Contas Vinculadas e as condições sob as quais pode ser rescindido ou terminar.
- 6.1.14. **Penalidades:** definir as penalidades para as partes em caso de não cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Administração de Contas Vinculadas.
- 6.1.15. **Disposições Gerais:** definir aspectos gerais do contrato, incluindo remuneração do custodiante, alterações contratuais, comunicações entre as partes, cessão de direitos, impedimento de onerar, sob qualquer forma, os saldos existentes nas Contas Vinculadas, a legislação brasileira aplicável e os métodos de solução de divergências.